

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	166.905	165.839	161.450
1.01	Ativo Circulante	21.041	17.463	9.606
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.589	7.008	5.532
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.606	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.606	0	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	4.606	0	0
1.01.03	Contas a Receber	12.227	9.517	3.547
1.01.03.01	Clientes	10.860	7.642	1.426
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.367	1.875	2.121
1.01.04	Estoques	785	671	423
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.559	36	37
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.559	36	37
1.01.07	Despesas Antecipadas	275	231	67
1.02	Ativo Não Circulante	145.864	148.376	151.844
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.979	19.982	19.024
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.505	7.703	7.703
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.505	7.703	7.703
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.474	12.279	11.321
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.169	4.793	4.306
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	7.245	7.426	7.015
1.02.01.09.05	Bancos C/Caução APPA	60	60	0
1.02.02	Investimentos	230	230	130
1.02.02.01	Participações Societárias	230	230	130
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	230	230	130
1.02.03	Imobilizado	126.509	127.987	132.575
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	122.002	125.837	129.958
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.507	2.150	2.617
1.02.04	Intangível	146	177	115

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04.01	Intangíveis	146	177	115

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	166.905	165.839	161.450
2.01	Passivo Circulante	5.985	4.479	4.875
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	847	1.093	1.282
2.01.01.01	Obrigações Sociais	142	255	301
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	705	838	981
2.01.02	Fornecedores	2.049	2.124	1.726
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.049	2.124	1.726
2.01.03	Obrigações Fiscais	467	588	480
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	448	489	387
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais	448	489	387
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	19	99	93
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	441	417	395
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	441	417	395
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	441	417	395
2.01.05	Outras Obrigações	1.930	6	741
2.01.05.02	Outros	1.930	6	741
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.761	0	0
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	169	6	741
2.01.06	Provisões	251	251	251
2.01.06.02	Outras Provisões	251	251	251
2.01.06.02.04	Provisões Contratuais APPA	251	251	251
2.02	Passivo Não Circulante	7.561	9.655	10.966
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	246	686	1.103
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	246	686	1.103
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	246	686	1.103
2.02.03	Tributos Diferidos	5.206	6.023	6.851
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.206	6.023	6.851
2.02.04	Provisões	2.109	2.946	3.012

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.109	2.946	3.012
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.273	2.169	2.253
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	570	570	570
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	184	134	134
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	82	73	55
2.03	Patrimônio Líquido	153.359	151.705	145.609
2.03.01	Capital Social Realizado	140.013	153.139	153.139
2.03.04	Reservas de Lucros	179	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	179	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.060	-13.126	-20.830
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.107	11.692	13.300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.764	46.459	37.059
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.278	-31.348	-29.136
3.03	Resultado Bruto	13.486	15.111	7.923
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.733	-8.692	-7.423
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.733	-8.692	-7.423
3.04.02.01	Despesas Gerais e Adminstrativas	-10.371	-7.356	-5.917
3.04.02.02	Honorários de administradores	-1.362	-1.336	-1.506
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.753	6.419	500
3.06	Resultado Financeiro	1.644	647	-488
3.06.01	Receitas Financeiras	2.444	1.520	331
3.06.02	Despesas Financeiras	-800	-873	-819
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.397	7.066	12
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	190	-970	850
3.08.01	Corrente	-627	-1.798	-2
3.08.02	Diferido	817	828	852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.587	6.096	862
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.587	6.096	862
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,04174	0,0709	0,01
3.99.01.02	PN	0,02466	0,0419	0,0059

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	3.587	6.096	862
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.587	6.096	862

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.379	3.817	4.555
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.053	11.174	5.935
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.587	6.096	862
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.282	5.906	5.925
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-816	-828	-852
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.674	-7.357	-1.380
6.01.02.01	Aumento) redução contas a receber clientes	-3.218	-6.216	-1.145
6.01.02.02	(Aumento) redução títulos a receber	-137	-633	-76
6.01.02.03	(Aumento) redução estoque	-115	-248	3
6.01.02.04	(Aumento) redução impostos a recuperar	-1.523	2	-344
6.01.02.05	(Aumento) redução adiantamentos	613	911	-278
6.01.02.06	(Aumento) redução despesas antecipadas	-44	-164	1.230
6.01.02.07	(Aumento) redução depósitos judiciais	624	-487	132
6.01.02.08	(Aumento) redução outras contas ativas	-192	-38	22
6.01.02.09	Aumento (redução) fornecedores	-74	399	-1.772
6.01.02.10	Aumento (redução) obrigações fiscais	-120	108	95
6.01.02.11	Aumento (redução) obrigações sociais e trabalhistas	-246	-188	98
6.01.02.13	Aumento (redução) demais contas a pagar	-301	-821	745
6.01.02.14	Aumento (redução) passivos litigiosos	59	18	-90
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.774	-1.946	-2.630
6.02.01	Adições ao imobilizado	-4.774	-1.946	-2.630
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-417	-395	-374
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	-417	-395	-374
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-812	1.476	1.551
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.008	5.532	3.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.196	7.008	5.532

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-13.126	11.692	151.705
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-13.126	11.692	151.705
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.933	0	-1.933
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.933	0	-1.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.587	0	3.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.587	0	3.587
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-13.126	0	3.239	11.472	-1.585	0
5.06.04	Redução de Capital - Absorção de prejuízos acumulados	-13.126	0	0	13.126	0	0
5.06.05	Realização do custo atribuído - Líquido de impostos	0	0	0	1.585	-1.585	0
5.06.06	Reserva Legal	0	0	179	-179	0	0
5.06.07	Reserva de Lucros	0	0	3.060	-3.060	0	0
5.07	Saldos Finais	140.013	0	3.239	0	10.107	153.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-20.830	13.300	145.609
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-20.830	13.300	145.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.096	0	6.096
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.096	0	6.096
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.608	-1.608	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-13.126	11.692	151.705

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-23.345	14.953	144.747
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-23.345	14.953	144.747
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	862	0	862
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	862	0	862
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.653	-1.653	0
5.06.04	Realização custo atribuído - líquido de impostos	0	0	0	1.653	-1.653	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-20.830	13.300	145.609

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	50.813	51.312	40.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.900	50.886	40.520
7.01.02	Outras Receitas	913	426	423
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.110	-21.676	-19.159
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.110	-21.676	-19.159
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.703	29.636	21.784
7.04	Retenções	-6.205	-5.841	-5.835
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.205	-5.841	-5.835
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.498	23.795	15.949
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.445	1.520	331
7.06.02	Receitas Financeiras	557	197	27
7.06.03	Outros	1.888	1.323	304
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.943	25.315	16.280
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.943	25.315	16.280
7.08.01	Pessoal	13.615	12.883	11.705
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.117	6.147	6.722
7.08.01.02	Benefícios	1.228	1.260	663
7.08.01.03	F.G.T.S.	612	710	653
7.08.01.04	Outros	5.658	4.766	3.667
7.08.01.04.01	INSS	749	1.691	1.737
7.08.01.04.02	Outras Obrigações legais c/ funcionários	4.909	3.075	1.930
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.008	6.370	3.746
7.08.02.01	Federais	2.899	4.967	2.637
7.08.02.03	Municipais	1.109	1.403	1.109
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	800	794	819
7.08.03.01	Juros	57	111	219
7.08.03.03	Outras	743	683	600
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.520	5.268	10

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.933	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.587	5.268	10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DEMONSTRATIVO ANUAL 2014****VISÃO GERAL**

A Companhia registrou no ano de 2014 um lucro antes dos impostos de R\$ 3.397 mil contra um lucro de R\$ 7.066 mil no ano de 2013.

RECEITAS OPERACIONAIS

A receita operacional bruta apresentou no ano de 2014 uma redução de 0,97%, atingindo o montante de R\$ 50.813 mil contra R\$ 51.312 mil do mesmo período de 2013.

A diminuição da receita deve-se fundamentalmente a redução de 5,25 % na movimentação. O quadro abaixo demonstra a evolução da receita operacional bruta no ano de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

	2014					2013				
	Acumulado	4o.Trim	3o.Trim	2o.Trim	1o.Trim	Acumulado	4o.Trim	3o.Trim	2o.Trim	1o.Trim
Carga Geral	50.779	13.268	16.481	13.038	7.992	51.294	9.486	17.464	13.132	11.212
Outros Serviços	34	17	6	5	6	18	6	5	4	3
	50.813	13.285	16.487	13.043	7.998	51.312	9.492	17.469	13.136	11.215

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

Em 2014, a movimentação de granéis foi de 1.479 tons, no mesmo período de 2013 foram movimentados 1.538 mil tons de carga granel e 23 mil tons de açúcar, totalizando 1.561 mil tons.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O EBITDA (ou LAJIDA) – lucro antes dos impostos, juros, depreciações e amortizações – que conceitualmente demonstra a geração operacional de caixa da Companhia totalizou em 2014 R\$ 7.761 mil.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2014 totalizaram no período R\$ 4.728 mil, e foram principalmente destinados à aquisição de máquinas e equipamentos visando a adequação do recinto alfandegado a legislação da Receita Federal, instalações de apoio às atividades operacionais e outras pequenas obras, que deverão possibilitar o crescimento das atividades nos próximos exercícios, bem como construções em andamento.

PERSPECTIVAS PARA 2015

Com base nos novos parâmetros institucionais, investimentos, nas projeções de cargas dos principais clientes, estima-se para 2015 uma movimentação física de cargas de 1.600 mil toneladas.

Em termos de Receita Operacional Bruta, prevê-se para 2015 o montante de R\$ 60 milhões, o que representa um crescimento de 18 % sobre o realizado em 2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Antonina, 18 de fevereiro de 2015

A Administração

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infraestrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários.

A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de “uso público”.

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o nono termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 26 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

• IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos..

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
*Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013*

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	25 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revisadas em 31/12/2010.

c. Ativos intangíveis**iii. Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

iv. Gastos subsequêntes

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Marcas e patentes	3 - 20 anos
Custos de desenvolvimento capitalizados	2 - 5 anos
Carteira de cliente	4 - 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)**vi. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013*

o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

vii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

f. Receita operacional

viii. Serviços

A receita da prestação dos serviços portuários no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Devido à opção dada pelas autoridades governamentais a Companhia, quando aplicável, opta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela lei nº 11.941/09 relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/08 e Lei nº 11.941/09 foram registrados nas referidas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com as Normas brasileiras aplicáveis. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

i. Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa (a)	2	2
Banco do Brasil S.A.		432
Banco do Brasil S.A. Conta aplicação financeira	4.606	
Numérarios em transito (b)	<u>1.587</u>	<u>6.574</u>
	<u>6.195</u>	<u>7.008</u>

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

- (a) O montante de R\$ 2 em 2014 representa o fundo fixo de caixa (Idem em 2013).
- (b) O montante é referente aos recebimentos em moeda estrangeira (Dólar), recebidos até o mês de dezembro de 2014.

6 Contas a receber de clientes e títulos a receber**6.1 Contas a receber de clientes**

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
A vencer	424	658
Vencidos de 01 dia até 30 dias		1.081
Vencidos de 31 dias até 180 dias	10.436	5.903
Vencidos há mais de 181 dias	<u>221</u>	<u>221</u>
Total contas a receber de clientes	11.081	7.863
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>-221</u>	<u>-221</u>
	<u><u>10.860</u></u>	<u><u>7.642</u></u>

6.2 Títulos a receber

<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

Estinave Serviços Marítimos Ltda.	3	10
Reembolso Inframar	948	814
Outros	<u>146</u>	<u>136</u>
Total títulos a receber	1.097	960
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(131)</u>	<u>(131)</u>
	<u>966</u>	<u>829</u>

7 Impostos a Recuperar

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Créditos de II e IPI - Drawback (a)	6.525	6.279
Créditos de PIS/COFINS (b)	825	922
Saldo negativo IR/CS	1.448	224
Outros	<u>6</u>	<u>36</u>
Total impostos a recuperar	8.804	7.461
(-) Impostos a recuperar não circulante	<u>(7.245)</u>	<u>(7.425)</u>
	<u>1.559</u>	<u>36</u>

- (a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e embasada em parecer dos assessores jurídicos, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta de Impostos a Recuperar. Os valores em epígrafe se referem aos autos do Mandado de Segurança impetrado anteriormente, que foram posteriormente convertidos em renda da União Federal. Estes valores referem-se aos impostos pagos anteriormente inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.

8 Adiantamentos

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
OGMO - PR (a)	187	898
Outros	<u>213</u>	<u>148</u>
	<u>400</u>	<u>1.046</u>

- (c) Adiantamentos realizados para o “Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalhador Portuário Avulso do Porto Organizado de Antonina - OGMO-A” se referem ao fornecimento de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso (TPA), utilizados nas operações de embarque e desembarque de navios atracados nas instalações portuárias da Companhia. A contratação destes TPAs somente pode ser realizada por intermédio do OGMO-A, conforme determina a Lei nº 8.630, de 25.02.1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

9 Despesas Antecipadas

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Seguros a apropriar	270	230
Outras despesas a compensar	<u>5</u>	<u>1</u>
	<u>275</u>	<u>231</u>

10 Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido**j. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo**

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social equivalente a R\$ 75.640 e R\$ 75.640, respectivamente, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Observada no CPC 32 - Receita sobre os Lucros a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

no montante de R\$ 7.703 levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição Base de cálculo	31.12.2014	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	72.102	
Base negativa de contribuição social		72.102
Total da base para Imposto de renda	72.102	72.102
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.026	6.489
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		24.515
Parcela não reconhecida (*)		(16.812)
Créditos tributários diferidos reconhecidos		7.703

(*) São reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensadas. A reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Desconsiderando fatores pontuais que afetaram positivamente e negativamente o resultado da Companhia no exercício e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o aumento do nível atual das operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2014, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

Exercício	(*)Valor presente
2015	1.033
2016	1.899
2017	2.103
2018	2.668

k. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

Descrição	Base de cálculo	2014	
		Imposto de Renda	Contribuição Social
Custo atribuído	22.656	5.664	2.039
Total		5.664	2.039

No exercício de 2014 foram realizados créditos tributários no montante de R\$ 816 (R\$ 828 em 2013) decorrentes da depreciação sobre o custo atribuído.

11. Investimentos

	31.12.2014	31.12.2013
Interbulk Ltda	230	230
	230	230

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

12 Ativo imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática e tecnologia	Ben- ter
Custo					
Saldo em 1° de janeiro de 2013	151.192	26.712	332	1.337	
Outras adições	127	165	34	1.453	
Alienações		-54	-1		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	151.319	26.823	365	2.790	
Saldo em 1° de janeiro de 2014	151.319	26.823	365	2.790	
Outras adições	251	1.527	89	491	
Alienações					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	151.570	28.350	454	3.281	
Depreciação e perdas no valor recuperável					
Saldo em 1° de janeiro de 2013	40.032	8.226	216	1.076	
Depreciação no período	3.791	1.843	29	181	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.823	10.069	245	1.257	
Saldo em 1° de janeiro de 2014	43.823	10.069	245	1.257	
Depreciação no período	3.796	1.980	32	395	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	47.619	12.049	277	1.652	
Valor contábil					
Em 1° de janeiro de 2013	111.160	18.486	116	261	
Em 31 de dezembro de 2013	107.496	16.754	120	1.533	
Em 31 de dezembro de 2014	103.951	16.301	177	1.629	

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

13 Ativos intangíveis e diferidos

	Nota	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Licença de uso de Softwares	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2013		11		226	237
Aquisições por combinação de negócios					
Outras aquisições - Desenvolvido internamente				122	122
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2013		11		348	359
Saldo em 1º de janeiro de 2014		11		348	359
Aquisições por combinação de negócios					
Outras aquisições - Desenvolvido internamente				46	46
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2014		11		394	405
Amortização e perdas por redução do valor recuperável					
Saldo em 1º de janeiro de 2013				122	122
Amortização do período				60	60
Perda por redução no valor recuperável					
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável					
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2013				182	182
Saldo em 1º de janeiro de 2014				182	182
Amortização do período				77	77
Perda por redução no valor recuperável					
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável					
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2014				259	259
Valor contábil					
Em 1º de janeiro de 2013		11		104	115
Em 31 de dezembro de 2013		11		166	177
Em 31 de dezembro de 2014		11		135	146

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

14 Empréstimos e financiamentos

	<u>encargo (a.a.)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Finame BNDES	5,50%	15.09.2016	687	1.103
(-) Financiamento não circulante			<u>(246)</u>	<u>(686)</u>
			<u>441</u>	<u>417</u>

Finame contratado para aquisição de 04 máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O Financiamento está garantido pelos bens financiados.

15 Fornecedores

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fornecedores nacionais	1.566	1.247
Provisões fornecedores nacionais	<u>483</u>	<u>877</u>
Total de fornecedores	<u>2.049</u>	<u>2.124</u>

16 Obrigações fiscais

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
ISS a recolher	19	99
INSS a recolher	11	2
IR a recolher	177	6
PIS a recolher		42
COFINS a recolher		210
Parcelamento fiscal IR e CS (a)	1.523	2.391
Outros impostos a recolher	<u>10</u>	<u>8</u>
Total obrigações fiscais	1.740	2.758
(-) Obrigações fiscais não circulante	<u>(1.273)</u>	<u>(2.170)</u>
	<u>467</u>	<u>588</u>

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

- (d) Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.752, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941, pretende liquidou valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

17 Passivos litigiosos

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias com potencial de perda os valores das contingências são provisionados segundo os critérios abaixo:

Análise individual: para os processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas é realizada análise individual dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

	31.12.2014	31.12.2013
Trabalhistas	570	570
Tributários	82	72
Cíveis	184	134
	<u>836</u>	<u>776</u>

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 6.759 (R\$ 7.602 em 31 de dezembro de 2013), tributária no montante de R\$ 3.443 (R\$ 2.778 em 31 de dezembro de 2013) e cíveis no montante de R\$ 5.512 (R\$ 5.655 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.169 que estão representados por processos finalizados (tramitados e julgados) favoravelmente à Companhia como seguem:

31.12.2014	31.12.2013
------------	------------

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

Trabalhistas	3.555	4.328
Tributários	500	358
Civeis	114	107
	<u>4.169</u>	<u>4.793</u>

18 Capital social e reservas**Capital social**

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 153.139 (R\$ 153.139 em 31 de dezembro de 2011) representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Em 18 de outubro de 2010, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R\$ 6.500.000, baseado no Laudo Econômico Financeiro da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas e conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido dezembro de 2010).

Em 08 de abril de 2014, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R\$ 13.126, por absorção de prejuízos acumulados da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas e conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido junho de 2014).

Abaixo apresentamos o capital social após distribuição:

<u>Acionistas</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Equiplan	136.869	82.820	59,15%
Fundação Copel	47.234	28.582	20,41%
Portus	27.704	16.763	11,98%
Fusan	19.480	11.787	8,42%
Outros	<u>100</u>	<u>61</u>	<u>0,04%</u>
Total	231.387	140.013	100,00%

- a. Em 13 de janeiro de 2010, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN.
- b. Em 22 de janeiro de 2010, o Fundo de Pensão Multipatrocinado - FUNBEP, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"),

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
*Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013*

para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade do Fundo para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade do FUNBEP para a EQUIPLAN.

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembléia Geral de Acionistas.

19 Receita operacional

	31.12.2014	31.12.2013
Prestação de serviços	49.900	50.886
Reembolso prestação de serviços	913	426
(-) Descontos e cancelamentos	(41)	(281)
(-) Impostos sobre vendas	(4.008)	(4.572)
	<u>46.764</u>	<u>46.459</u>

20 Custos

	31.12.2014	31.12.2013
Serviços de terceiros	10.462	8.638
Materiais	40	20
Taxas	(37)	3
Utilidades e Serviços	544	531
Arrendamentos	3.338	3.590
Avárias	9	357

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

Material de Uso e Consumo	261	259
Custos com pessoal	6.261	6.501
Manutenção de máquinas e equipamentos	120	63
Depreciações	6.205	5.841
Custos com manutenções	4.349	3.714
Outros Custos Operacionais	1.726	1.831
	<u>33.278</u>	<u>31.348</u>

21 Despesas por natureza

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas com pessoal (a)	1.659	2.208
Remuneração pessoal chave (a)	1.362	1.337
Serviços e utilidades	2.486	1.598
Despesas com deslocamentos	360	300
Despesas com materiais	206	159
Despesas com taxas	1.983	519
Recuperação de despesas operacionais	(122)	(195)
Contingências / atualizações	(193)	(75)
Despesas com seguros	1.460	1.141
Despesas com informática	381	367
Contribuições e sindicatos	457	399
Responsabilidade social	425	249
Gastos com veículos	102	87
Meio-ambiente	889	282
Outras despesas gerais e administrativas	278	316
	<u>11.733</u>	<u>8.692</u>

(a) Despesas com pessoal

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Salários e verbas contratuais	790	980
Honorários diretoria e conselhos	1.362	1.336
Contribuições para previdência social	159	564
Obrigações legais	710	665
	<u>3.021</u>	<u>3.545</u>

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

22 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

Receitas financeiras

	31.12.2014	31.12.2013
Descontos Obtidos	6	15
Juros e multas recebidas	546	182
Variação cambial ativa	1.888	1.323
Aplicações Financeiras	4	
	<u>2.444</u>	<u>1.520</u>

Despesas financeiras

	31.12.2014	31.12.2013
Descontos concedidos		
Juros e multas pagos	58	113
Despesas bancárias	123	79
Variação cambial passiva	619	681
	<u>800</u>	<u>873</u>

23 Instrumentos financeiros**Gerenciamento dos riscos financeiros****Visão geral**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez;

Risco cambial.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

valores a receber;

caixa em bancos;

contas a pagar a fornecedores e outras;

empréstimos bancários a taxas fixas.

Objetivos, políticas e processos gerais

A Companhia possui o seguinte órgão colegiado:

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de *leasing* financeiro são empréstimos de taxa fixa.

Risco cambial

A Companhia não está sujeita ao risco de câmbio, tendo em vista que a Companhia não possui operações localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja a mesma.

Estão apresentados conforme o quadro a seguir:

	Dolar	Taxa	Reais
Numerário em moeda estrangeira	597	2,6562	1.587

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2014 e 2013

Banco do Brasil

	597	2,6562	1.587
--	-----	--------	-------

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes	6.195	7.008
Valores a receber	12.227	9.517
	18.422	16.525

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores	1.566	1.247
Provisões fornecedores nacionais	483	877
	2.049	2.124

Risco de cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de maquinários e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. No exercício de 2014 não foram feitas operações de hedge.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

24 Cobertura de seguros (não auditado)

Os montantes das coberturas contratadas são os seguintes:

Natureza	R\$ mil
Responsabilidade civil	20.000
Bens móveis e imóveis	122.234

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Administradores e Acionistas da
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Antonina - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam-se adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – PR

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 – S – PR

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP120458/O-6 – S – PR

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6404/76 examinaram as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nas análises periódicas, nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia e no Parecer sem ressalvas dos Auditores da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 25 de fevereiro de 2015, o Conselho Fiscal, baseado nestes relatórios, é de opinião que os referidos documentos refletem a posição econômica e financeira da Companhia, estando em condições à apreciação e à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Antonina, 02 de março de 2015

João Maria da Silva Lima
Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiros:

Edison Napoleão de Araujo

Luiz Afonso Baldissera

George Anderson Esteves de Souza Gomes

Marcos César Todeschi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Antonina, 27 de fevereiro de 2015.

Valdécio Antonio Bombonato
Diretor Presidente

Cicero Cesar Simião
Diretor Comercial e Operacional

Sidney Zeni Scarante
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S/A, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Antonina, 27 de fevereiro de 2015.

Valdécio Antonio Bombonato
Diretor Presidente

Cicero Cesar Simião
Diretor Comercial e Operacional

Sidney Zeni Scarante
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor de Relações com Investidores